

MARIA DE LOURDES PINTASILGO
E OS DESAFIOS DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Contributos para uma nova política

FUNDAÇÃO CUIDAR O FUTURO

MARIA DE LOURDES PINTASILGO
E OS DESAFIOS DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Contributos para uma nova política

FUNDAÇÃO CUIDAR O FUTURO

Título: Cadernos Temáticos 6 e 7, Contributos para uma nova política
Coleção: Maria de Lourdes Pintasilgo e os Desafios da Sociedade Contemporânea
Edição: Fundação Cuidar o Futuro
Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor.
Foram mantidas a ortografia e a linguagem dos textos originais.

Coordenação editorial: Fundação Cuidar o Futuro
Tradução: Regina Tavares da Silva (a tradutora escreve segundo a grafia antiga)
Revisão tipográfica: Sofia Roborg-Søndergaard
Paginação e produção gráfica: Guide – Artes Gráficas, Lda.

Depósito Legal n.º 454297/19
ISBN 978-989-54161-5-8

Índice

- 5** Introdução
- 9** Ética, cidadania e política
- 29** Liderança feminina e governabilidade mundial
- 43** Cuidar o futuro

Introdução

A presente publicação pretende destacar algumas ideias centrais e mais relevantes do pensamento de Maria de Lourdes Pintasilgo (MLP) a partir de três conferências, “Ética, Cidadania e Política”, “Liderança Feminina e Governabilidade Mundial” e “Cuidar o Futuro” proferidas por Maria de Lourdes Pintasilgo em momentos e locais diferentes. São conferências que fazem parte do seu arquivo pessoal, posteriormente digitalizado e colocado *online* por iniciativa da Fundação Cuidar O Futuro (FCF), instituição por ela criada em 2001 e que se encontram também incluídas numa antologia, organizada igualmente pela FCF, com escritos seus e publicada sob o título “Para um novo paradigma: um mundo assente no cuidado”.

De uma maneira geral estas três conferências, já proferidas no século XXI, revelam a originalidade e o pioneirismo do seu pensamento, bem como uma nova maneira de encarar a actividade política. Nestes escritos encontra-se “qualquer coisa de ressonância profética, de antevisão, de denúncia, de voz da consciência que muitos não entendem” (...) como afirmou Marcelo Rebelo de Sousa no prefácio àquela antologia.

Em “Ética, Cidadania e Política”, MLP começa por ir buscar algumas noções a Prigogine, nomeadamente para dizer que o conjunto Ética, Cidadania e Política constitui um sistema instável. Explora algumas bifurcações prováveis na cidadania.

Afirmando que a cidade (a polis) é o lugar onde o ser humano emerge como sujeito, demonstra como a cidadania “cobre uma área muito vasta da vida humana”, em que não apenas se trata de direitos, mas também de “obrigação, dever e responsabilidade”.

A seguir lembra que a política é de todas e todos e de todos os dias, para afirmar que a política se situa “na juntura exacta entre a história pessoal e a história colectiva”. Com o físico Heisenberg lembra-nos que o sujeito é sempre vinculado na observação do objecto, o que implica lembrar que tão importante como o trabalho sobre o objecto é o trabalho do sujeito sobre si próprio.

Questiona a “falácia de uma economia reduzida a mera contabilidade” e afirma que o “paradigma de quantidade tem de ser substituído pelo paradigma de qualidade”, em que a economia contempla não apenas o factor de crescimento económico, mas também o factor social e o factor ambiental. Ainda com Heisenberg critica a ausência de transdisciplinaridade na abordagem dos problemas, o que dificulta a compreensão dos fenómenos e defende com Hannah Arendt a necessidade da compreensão como “princípio da acção coerente e eficaz”.

Na parte final deste texto, MLP defende que a constante avaliação da acção política constitui uma exigência ética e que os cidadãos devem poder participar “em formas originais da tomada de decisão”. Termina o texto encaminhando-nos “para uma ética global”.

No segundo texto, “Liderança Feminina e Governabilidade Mundial”, conferência proferida no Rio de Janeiro, MLP evoca de novo aquela convicção, que foi uma constante na sua vida, de que “as mulheres podem constituir uma força de radical transformação da irracionalidade institucionalizada em que vivemos”. Traça uma reflexão sobre a situação do mundo, cuja governação não traz uma vida digna à grande maioria das pessoas, pese embora as inúmeras conferências mundiais havidas sobre direitos, sobre desenvolvimento e sobre condições de desigualdade. Para nada serviram as boas intenções daí saídas e assumidas pelos dirigentes políticos.

Perante um mundo desequilibrado MLP afirma a necessidade da clarificação de alguns termos, nomeadamente o do conceito de governabilidade,

que como diz, “não se limita à acção governativa”. Refere a globalização como não regulável constituindo uma preocupação dentro da governabilidade, porque a “comunicação instantânea” atinge “todos os sectores da vida humana, mudando, em alguns casos, a natureza desses sectores”. Por exemplo no sector da economia e finanças há que desfazer entre outros, alguns mitos: o mito da auto-regulação, da concorrência e o do mercado. Vale a pena seguir os passos da sua reflexão sobre a temática da governabilidade onde se abrem pistas que podem garantir “a Qualidade de Vida das populações e a interdependência sadia entre os povos do Globo”. Termina pedindo emprestada, como diz, a voz de mulheres para dizerem como vêm a liderança das mulheres.

No texto, “Cuidar o Futuro”, conferência proferida em Espanha, MLP olha o mundo e perspectiva para ele novos paradigmas, ao mesmo tempo que introduz as mulheres como agentes indispensáveis na sua concretização. Reclama, porém, uma condição para a entrada das mulheres no mundo da política: “essa entrada só vale a pena se a contribuição das mulheres trazer novas perspectivas, outra maneira de dizer a realidade e de equacionar os problemas (...)”. Nesta observação crítica que faz sobre o mundo, encontra-o com enormes desequilíbrios e lança o conceito de Qualidade de Vida, em substituição do conceito tradicional de Desenvolvimento, como uma das vias para colocar a pessoa humana no centro de todas as decisões políticas e ajudar a combater as desigualdades que persistentemente denunciou nas suas intervenções públicas. Porém, há algo de novo que MLP introduz no conceito de Qualidade de Vida e que traz “uma nova forma de olhar a sociedade” quando afirma “que se deve trabalhar para uma sociedade em que a Qualidade de Vida seja assim medida a um tempo por direitos objectivos universais e por condições subjectivas e diversificadas”. Mais adiante, e com grande mestria e sensibilidade refere o surgimento de uma “nova hegemonia emergente” no século XXI a que chama “fundamentalismo de

base nacional". Sublinha também que a economia se viu transformada em "religião do mercado", o que conduziu, entre outras, à eliminação do primado da pessoa nas decisões tomadas e à ausência deliberada das questões ambientais na praxis governativa.

Maria de Lourdes Pintasilgo, na parte final do texto assente na referência inspiradora para si de alguns filósofos como Heidegger, Paul Ricoeur e Levinas, leva-nos a acompanhá-la num forte apelo à necessidade de se criar um novo paradigma – Um Mundo assente no Cuidado. Aqui, e na esteira de Carol Gilligan, preconiza que "a uma ética da justiça há que justapor uma ética do cuidado". Para finalizar, apenas mais dois destaques, um à importância dada por MLP ao pensamento de Hannah Arendt quando esta refere "a acção como a expressão última da intervenção"; e outro ao filósofo Hans Jonas que erigiu "o princípio da Responsabilidade como o mais adequado para exprimir a ética do futuro".

A finalizar esta introdução deixamos um desafio aos leitores e leitoras, sugerindo que visitem o Arquivo Pintasilgo online:

<http://www.arquivopintasilgo.pt/arquivopintasilgo/Site/default.aspx>

FÁTIMA GRÁCIO

Ética, cidadania e política

Conferência de encerramento do seminário *Ética na Engenharia* (Lisboa, Instituto Superior Técnico, 13 de Julho de 2002) [versão de arquivo].

Nota: o texto termina com um elenar de tópicos, a serem provavelmente desenvolvidos na intervenção oral a que se destinava. Não foram feitas quaisquer alterações editoriais.

O tema da sessão de hoje é à primeira vista o convite a uma série de evidências, tocadas em várias claves da música do universo político. Aparentemente tudo está dito. Mas, se assim é, por que razão é que o tema é recorrente?

Por que não nos limitamos às reiteraões dos discursos políticos? Por que não nos atemos aos sólidos manuais que dão contornos bem definidos a cada um dos termos?

Por duas razões que decorrem da especificidade dessa matriz orientadora no tempo que é nosso (moderno? pós-moderno? ou já pós-pós-moderno?) e da visão do mundo que nos é comum pela nossa formação científica e tecnológica.

A primeira razão poderia ser explicada por Prigogine, a quem vou pedir emprestadas algumas noções que ele próprio tem utilizado, por analogia, na interpretação dos fenómenos da auto-organização das sociedades.

*Prigogine dir-nos-ia que
qualquer das noções da nossa matriz
se encontra numa fase de transição
ou, para usar a expressão correcta,
o conjunto «ética, cidadania e política»
constitui hoje um sistema instável.
Cada um dos termos carece de ser definido
no referencial que caracteriza este início de milénio.
E o «todo» que a matriz contém
está já a ser atravessado por «bifurcações»
de cujos ramos estáveis
apenas podemos suspeitar a orientação.*

(A uma escala muito local – a do nosso país – tivemos um período em que a leitura macroscópica do sistema instável e a determinação das bifurcações teria sido possível e necessária para a orientação política do nosso futuro que hoje vivemos como presente. Refiro-me naturalmente aos primeiros 5-10 anos após o 25 de Abril. É comum ouvir-se e ler-se juízos sobre esse período em que as palavras conturbado, desorganizado, confuso, etc., são usadas.

O que não dizemos é que o trabalho dos intelectuais nesse período não foi suficientemente longe para explicitar a natureza dos fenómenos que então tinham lugar, enquanto fenómenos «naturais» dos sistemas estáveis. Parcos nessa análise, deixámos que as transformações fossem meras deduções de manuais ideológicos. A luta política, em vez da saudável exposição de ideias novas e da tentativa de as pôr em prática, converteu-se num modo mecanicista de confronto que mais nos colocou ao nível dos torneios medievais do que na inovadora tarefa de «recompor o mundo» após a fase pós-moderna e desconstrutiva da sua interpretação.

Tudo ficou na mão de políticos profissionais, quase todos oriundos de domínios científicos que codificam o que já está em vez de imaginarem o que poderá ser.)

A segunda razão que justifica, a meus olhos, a reflexão de hoje é ainda a de uma impressionante incompreensão das consequências da relatividade para entendimento do lugar do ser humano no mundo.

É claro hoje o que a este respeito diz Prigogine:

O facto que a relatividade se funda sobre um constrangimento que não vale senão para os observadores físicos, para seres que não podem estar senão num único lugar em dado momento e não em todo o lado simultaneamente, faz desta disciplina uma física humana, uma física submetida aos constrangimentos intrínsecos que nos identificam como pertencendo ao mundo físico que descrevemos. (...) Assim, o nosso diálogo com a natureza tem lugar a partir do interior da natureza e a natureza não responde positivamente senão àqueles que, explicitamente, reconhecem que lhe pertencem.

Aqui reside a negação da tendência frequente que nos colocaria fora do mundo, como se fôssemos observadores extraterrestres, melhor, extra-universo.

E esta ideia, ainda hoje comum, a par de outras aplicações que nos «convinham», isto é, que nos desculpabilizavam, gerou a ideia de que a ciência e a tecnologia são neutras.

Nesta ideia tomou corpo um dos maiores erros que têm inquinado, a montante, a acção política:

ciência e tecnologia só são más se as utilizarmos mal.
É contra esta convicção que se ergue o primeiro princípio ético que,
mais do que a qualquer outro grupo,
cabe aos cientistas e engenheiros defenderem:

*Nem tudo o que é cientificamente exacto ou tecnologicamente viável é
socialmente aceitável.*

Poderão muitos falar de um liberalismo
que torna possível e permissível
tudo o que a ciência descobre e a tecnologia inventa;
poderão outros ainda continuar a acreditar
que a ciência poderá sempre corrigir-se a si própria.

A pergunta que a consciência da cidadania necessariamente põe é esta:
qual é o custo social de tais convicções?
e qual é o custo ambiental?
Um e outro custo a colocarem a questão crucial
de sabermos se é de facto
a pessoa humana que está no centro das preocupações
e se é ela o objectivo último das decisões.
Essa é a norma que permite distinguir o que é politicamente
bom ou mau, certo ou errado.

*É a pessoa humana a primeira e última finalidade
de toda a decisão política.*

Transformá-la num instrumento de objectivos científicos, económicos ou financeiros é quebrar o esteio da política e da cidadania que reside no *carácter inviolável da dignidade humana*.

Nela tudo nasce e para ela tudo se deve encaminhar.

1. Na cidadania, algumas bifurcações prováveis

A cidadania que se esgotasse no exercício de voto de quatro em quatro ou de cinco em cinco anos seria um triste exemplo de uma sociedade construída sem qualquer influência das ciências contemporâneas.

Prigogine deu o título a um dos seus últimos livros de *O regresso do complexo*.

Também desde há, pelo menos três décadas, o pensador Edgar Morin

(e com ele todo um grupo de sociólogos, matemáticos, físicos e filósofos – Henri Atlan, Chico Varela, Kenneth Boulding) têm vindo a trabalhar a teoria da complexidade, com particular incidência na teoria da auto-organização e na teoria dos sistemas.

Diz Prigogine:

Um modelo dinâmico de sociedade humana começa por tomar em linha de conta que o sistema, para além da sua estrutura interna, está intimamente integrado num ambiente com o qual troca matéria, energia e informação. (...) A evolução de um tal sistema resulta de um jogo subtil entre o comportamento dos seus actores e os constrangimentos impostos pelo

ambiente. É aí que o sistema humano encontra a sua especificidade única. Contrariamente às moléculas, aos «actores» de um sistema físico-químico ou mesmo às formigas ou outros membros de outras sociedades, os humanos desenvolvem em permanência projectos e desejos individuais. (...) uma das questões que se levantam é a de saber se, em tais circunstâncias, a evolução é capaz de conduzir a um óptimo global ou se, pelo contrário, cada sistema humano constitui uma realização única de um processo estocástico complexo cujas regras não podem de modo nenhum ser designadas de antemão. Em outros termos, a experiência passada será suficiente para prever o futuro ou, pelo contrário, a capacidade limitada de prever o futuro é a própria essência da aventura humana à escala do indivíduo ou à escala de uma colectividade?

Assim, na cidade, o ser humano
não é apenas o observador mais ou menos atento,
muitas vezes céptico e indiferente,
outras vezes analista político de ocasião. A cidade (figura da polis)
é o lugar onde o ser humano emerge como sujeito.
Pela diversidade da sua actividade.
Pelo entrosamento de finalidades e de meios de acção
com os outros seres humanos.
Pela atenção constante aos acontecimentos.
Pela importância de que se reveste a acção,
traz sempre consigo uma forma própria
de saber e de saber fazer,
tornando-se assim, na linguagem do grande pensador Paulo Freire,
agente de cultura.
Pois que é a cultura senão, e uso as palavras desse grande brasileiro,
‘o acrescentamento que o homem faz ao mundo que não fez»?

Por isso, ao falar de acção,
coloco-me deliberadamente na esteira da filósofa Hannah Arendt, isto é,
não na obra que cada pessoa realiza no seu domínio próprio
mas na acção em que se envolve
na construção da cidade enquanto sociedade organizada.
Numa prática democrática incipiente, cidadania significa
a expressão de direitos políticos e cívicos: participação em actos
eleitorais, liberdade de pensamento, de expressão e de associação, etc.

Mas a Declaração Universal dos Direitos do Homem
não proclama apenas esses direitos.
Enuncia igualmente os direitos sociais, económicos e culturais.
Os dois grupos de direitos ficaram consignados
em dois Pactos Internacionais distintos,
embora com um preâmbulo comum
em que a comunidade das nações afirmou
que esses dois tipos de direitos
são *interdependentes e indivisíveis*.

Um dos mais belos textos que refere essa estreita interdependência
encontra-se num famoso discurso de João Paulo II na Assembleia Geral
das Nações Unidas:

Que me seja permitido enumerar alguns direitos entre os mais importantes que são universalmente reconhecidos: o direito à vida, à liberdade e à segurança da pessoa; o direito à alimentação, ao vestuário, à habitação, à saúde, ao repouso, ao lazer; o direito à liberdade de expressão, à educação e à cultura; o direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião e o direito de manifestar a sua religião, individualmente ou em comum,

tanto em privado como em público; o direito de escolher o seu estado de vida, de fundar uma família e de gozar de todas as condições necessárias à vida familiar; o direito à propriedade e ao trabalho, a condições equitativas de trabalho e a um salário justo; o direito de reunião e de associação, o direito à liberdade de movimento e à migração interna e externa; o direito à nacionalidade e à residência; o direito à participação política e o direito de participar na livre escolha do sistema político do povo a que pertence.

A cidadania europeia, consagrada pelo Tratado de Maastricht, não foi para além de alguns direitos cívicos e políticos. Foram tímidos e limitados, mesmo numa óptica exclusivamente cívica e política: direito de livre circulação nos Estados da União, direito a eleger directamente o Parlamento Europeu (embora ainda segundo listas nacionais), direito de voto nas eleições municipais do país onde se reside, direito de protecção e representação diplomática em países terceiros por qualquer Estado da União.

O Tratado de Amesterdão tentou ir um pouco mais longe, incorporando alguns direitos sociais que faziam parte da Carta Social dos trabalhadores de 1989, mas ficou ainda muito longe de um enunciado coerente dos direitos sociais, económicos e culturais.

É esse trabalho que está a ser feito pela convenção para a carta dos direitos fundamentais com representantes dos Parlamntos nacionais, em paralelo com a Conferência Intergovernamental.

E é porque não há no universo político nenhuma percepção da teoria dos sistemas e da sua importância prática

que tais processos decorrem de forma tão irracional.
É esta mentalidade, particularmente visível na grande área da União Europeia mas patente também em muitas decisões a nível nacional, em qualquer país, que me conduz a uma outra exigência ética:

*Só é possível fazer política séria
se formos contemporâneos do nosso tempo
e utilizarmos os instrumentos conceptuais deste tempo.*

Foi neste espírito que o politólogo francês Pierre Rosanvallon Escreveu no seu livro *Le sacré du citoyen*:
...a crescente pluralidade da ideia de cidadania remete para a complexidade das formas da soberania que marca necessariamente o desenvolvimento da construção europeia.

Neste contexto, a cidadania
que é a expressão individual da própria soberania
exige do Estado o pleno cumprimento
da sua tríplice responsabilidade:
defender/proteger/promover todos os direitos.

Voltamos a um novo contracto social que já não se baseia, como em Locke e em Rousseau, no pressuposto de uma relação de subordinação mas sim numa comunidade de homens e mulheres igualmente livres, quaisquer que sejam as suas funções no corpo social.

Apesar de estarem ultrapassadas as condições dominantes no tempo em que a noção de contrato social se impôs, vemos ainda com frequência a tentativa de dependência do Estado: nas empresas, nas universidades, na mentalidade dos cidadãos.

O apelo à formação da sociedade civil mais não é do que a exigência de autonomia dos corpos sociais em todos os domínios em que se exercem os seus direitos.

É claro que, ao falar em todos os direitos, tenho que me referir também aos chamados novos direitos, de que destaco três que muito têm a ver com os engenheiros e cientistas.

- Em primeiro lugar, o direito a um ambiente são, posto em causa, por um lado, pela depredação a que estão sujeitas as espécies naturais devido a um consumismo erigido em valor e, por outro lado, as consequências cada vez mais graves da utilização dos combustíveis fósseis. Não posso deixar de referir o trabalho que está a ser realizado no IST pelo Centro de fusão nuclear dirigido pelo Professor Varanda.
- Um segundo direito flui directamente e de forma inequívoca da sociedade de informação e do largo espectro de actividades e de possibilidades trazidos pela revolução dos meios de comunicação. O direito central neste domínio, e o mais referido, consiste no direito à privacidade dos indivíduos e à protecção, quer dos processos sujeitos a patentes, quer dos serviços de informação que têm como finalidade a protecção da segurança das populações. Não escondo que este direito vem demonstrar, de forma mais clara do que todos os direitos já consagrados, o paradoxo intrínseco aos direitos entendidos sem as correspondentes obrigações (a que me referirei adiante).

- Finalmente, o direito à permanência da espécie humana tal como a conhecemos. A discussão sobre as patentes relativas ao genoma humano constitui um ponto decisivo para a ética.
- A promiscuidade com que a política tende a mascarar a sua ineficácia para fazer face à complexidade do mundo moderno – visível na sua relação com os *media* e o desporto, por exemplo – atingiu agora um nível que não pode deixar indiferente a comunidade científica e os cidadãos conscientes. O facto de o anúncio da descoberta da sequenciação quase completa do genoma humano ter sido feito pelo Presidente Clinton e pelo Primeiro Ministro Tony Blair é *uma apropriação indevida pela política do domínio próprio da ciência e, por isso, eticamente inadequada*.

É que esse anúncio abre caminho à sujeição das conquistas da ciência aos interesses político-económicos das grandes potências. A competitividade aparece no horizonte num domínio que não deve, de modo algum, entrar nessa lógica.

Como comenta o Presidente do CNECV, Professor Luís Archer:

A verdade é que a ciência vai perdendo a sua inocência de busca cândida da verdade e do bem, e é seduzida pelo poder económico. Não é por acaso que o dossier sobre genoma humano do número de Julho 2000 da revista Scientific America se intitula «The human genome business».

A cidadania cobre assim uma área muito vasta da vida humana, das actividades, interesses, segurança das pessoas.

Cobre toda a panóplia das

«liberdades, direitos e garantias fundamentais»

estruturantes de todas as Constituições.

Mas o ser humano não é apenas objecto da garantia que o estado de Direito lhe confere. Cada direito está acoplado a uma obrigação, dever e responsabilidade.

(Ao nível mundial levámos décadas a compreender que a ética individual e comunitária supõe sempre esses dois lados. Isto aconteceu, em parte, como uma das consequências do confronto entre as filosofias dominantes nos dois materialismos que dominaram o século XX.)

Mas tenazmente alguns perseveraram a tentar fazer aceitar a responsabilidade como o outro lado da cidadania.

E no entanto essa relação é bem simples...

2. A política na juntura exacta entre a história pessoal e a história colectiva

Comecei pela cidadania porque ela faz parte da própria política. Como, nos anos 80, tive ocasião de dizer muitas vezes com os signatários do Manifesto «Para o aprofundamento da democracia» e com muitos milhares de pessoas:

«A política é de todos e de todos os dias.»

O primeiro lugar do exercício da política é o nosso próprio lugar no momento presente.

Regresso à importância do sujeito de que falei no início.

Para uma discussão mais aprofundada da importância do sujeito remeto-vos para o livro-chave de Heisenberg

A parte e o todo – O mundo da física atómica

onde «ouvimos» as conversas apaixonantes do grande físico com os seus pares Otto Hahn e Wolfgang Pauli, Niels Bohr e Paul Dirac (que tive o privilégio de ouvir deliciada quando representei Portugal na UNESCO).

Devo confessar que um dos grandes princípios que aprendi nesta casa e que ficou a marcar todos os aspectos da minha vida foi constante no diálogo desses grandes físicos que mudaram a nossa percepção do mundo:

«O sujeito é sempre veiculado na observação do objecto.»

Exit a objectividade pura.

Mas entra, por outro lado,
uma maior exigência do sujeito
não só em relação ao objecto que observa,
quer ele seja material quer conceptual,
mas também em relação a si próprio.

«Tão importante como o trabalho sobre o objecto é o trabalho do sujeito sobre si próprio.»

(Não posso deixar de assinalar que, se é certo que esta convicção é estruturante da ciência psicanalítica que o século XX também construiu, não é menos certo que a sua difusão tem sido nas últimas décadas mérito da teoria e da prática dos movimentos de mulheres para quem «tudo o que é pessoal é político e tudo o que é político é pessoal».)

Ao reforçar a dimensão política de toda a actividade,
não estou a fugir às questões éticas da política electiva.
Antes, pelo contrário, estou a dizer que ela faz sistema
com a política de todos os que constituem o corpo social.

Daí, por exemplo, a inadequação da política das grandes instituições mundiais de crédito durante décadas

e de que apenas tem melhorado a cosmética nos últimos anos:
a ideia do *trickle down policies* – o que é decidido no topo vai galgando
os degraus da estrutura social até atingir a base...
só que tal política em vez de ter esse efeito aparentemente salutar
provocou na maior parte dos países
a destruição da própria base, com o encerramento de escolas,
a falta de verbas para pagar aos professores,
a incapacidade de cobertura em instituições de saúde,
a ausência de saneamento básico e de água potável para mais de
2.000 milhões de seres humanos. Que outra coisa podíamos esperar
se metade da humanidade não vive mas aguenta a «crueldade da
mera sobrevivência» com cerca de 2 dólares, isto é, 400 escudos/dia?

Aqui reside para mim a questão ética fundamental da governância política.
Enquanto o mundo e cada Estado deixarem uma parte dos seus cidadãos
na impossibilidade de atingirem um mínimo de Qualidade de Vida, está
em causa a ética da acção política.

A dignidade humana do todo social não comporta hiatos.

E afirmá-lo não é apenas um problema de orientação social, fruto de
compaixão. É a um tempo fruto da ciência que de forma mais evidente aí
está em causa – a economia – e fruto da própria compreensão das ciências
e da vida em sociedade.

Tendem os políticos a justificar as suas decisões
por exigências da economia tradicional:
trata-se do equilíbrio orçamental,
do não-endividamento externo,
do controlo da inflação.

Tudo objectivos legítimos mas incompletos,
inadequados aos tempos que vivemos.

Em 1997, um grupo de 300 economistas europeus afirmou,
em declaração pública,
a falácia de uma economia reduzida a mera contabilidade
quando hoje a economia contém,
ao mesmo nível de exigência, três factores:
o factor do crescimento económico,
o factor social
e o factor ambiental.

Também no mesmo período foi criada a fundação da qualidade social
na Europa em que sociólogos, filósofos e outros cientistas
mostraram como o paradigma da quantidade
tem de ser substituído pelo paradigma da qualidade
sob pena de o planeta não oferecer condições
de sobrevivência às gerações futuras.

E se for necessário recorrer ao argumento da autoridade na economia
não hesito em citar o prémio Nobel de economia de 1998,
Amartya Sen, que afirma num dos seus últimos livros:

*Os critérios mais convencionais do sucesso económico têm de ser avaliados
só como meios para que se alcancem fins mais profundos. Seria até um erro
ver os objectivos da educação, dos cuidados de saúde e de outras neces-
sidades básicas única ou primariamente como expansão dos chamados
«recursos humanos» equivalente assim à acumulação de «capital humano»
– como se as pessoas fossem meios para a produção e não o seu fim último.*

Mais a montante na acção política,
tendo a pensar que é o problema da «compreensão» dos fenómenos
que está em causa.

Não é preciso ser génio para trabalhar nas interfaces
mas a incerteza que as caracteriza mete medo a quem quer a garantia
das estruturas rígidas e sempre idênticas a si mesmas.

Assim se perde a perspectiva interdepartamental
que não só permite uma visão mais adequada dos problemas
como – e não é de menor importância –
reduz as despesas públicas.

Essa tendência é alimentada pela ausência da transdisciplinaridade na
abordagem dos problemas.

Heisenberg no livro já referido atribui a um dos seus companheiros no
diálogo esta reflexão:

*Compreender a natureza significa isto: ter efectivamente uma noção
nítida das correlações que aí existem; estar seguro de que se penetrou
o seu mecanismo interior. Um tal conhecimento não pode ser adquirido
unicamente graças à abordagem de um só fenómeno ou de um único
grupo de fenómenos, mesmo se se chega a descobrir aí uma certa ordem
interna; este conhecimento acontece somente quando se reconhece
como ligados uns aos outros um grande número de fenómenos experi-
mentais e se conseguiu conduzi-los a uma origem simples.*

Quantas vezes, lendo a obra filosófica de Hannah Arendt, penso que nela havia as condições para uma acção política coerente; pois não é essa atitude que ela revela em toda a sua vida e que a leva a dizer:

«O essencial para mim é compreender; devo compreender.»?

A necessidade da compreensão
não conduz unicamente a uma satisfação intelectual:
é o princípio da acção coerente e eficaz.

Por isso também a ética exige a não cedência nos princípios e linhas-mestras da acção em favor do que é considerado possível e pragmático.

Tal atitude implica, não só como método de trabalho mas como exigência ética, a constante avaliação do que, sendo necessário ao nível da dignidade humana, tem de necessariamente ser viável.

Se o acto de governância política nasce, como tentei demonstrar, em conjugação com as expressões da cidadania individual, a participação dos cidadãos em formas originais de tomada de decisão é imperativa.

Estranho é que no século XXI o poder político continue a designar como parceiros sociais apenas aqueles que são herança das estruturas do começo da industrialização – os sindicatos e os grupos empresariais.

É minha convicção que, em cada questão, as contribuições para a solução dos problemas são sempre múltiplas e que, por isso, todos os grupos organizados à volta de um dado problema, são os parceiros sociais no que a esse problema diz respeito.

3. Para uma ética global

Fui enunciando ao longo desta conversa alguns princípios éticos exigidos também pela formação científica que nos é própria.

Mas quero deixar ainda algumas pistas para o terceiro termo deste sistema instável, para a própria noção de ética.

Ética da responsabilidade

Ética do cuidado

Ética do futuro

Ética global

Liderança feminina e governabilidade mundial

Comunicação apresentada no Rio de Janeiro, a 20 de Setembro de 2001, no âmbito da conferência *Homens, Mulheres e a Governabilidade Mundial*.

Publicada na revista *Rio de Janeiro: Trabalho e Sociedade*, Ano 1, n.º 2 (Dezembro de 2001), pp. 31-38, tendo sido mantida a grafia desta publicação.

A liderança feminina

A que novos paradigmas podemos recorrer para que a globalização não seja um caminho de destruição global? Que forças novas, ainda não utilizadas, temos no mundo para que a governabilidade adquira um novo rosto?

A aposta que tem guiado toda a minha vida concentra-se na convicção de que as mulheres podem constituir uma força de radical transformação da irracionalidade institucionalizada em que vivemos.

A sua liderança está na sequência directa das enormes transformações que tiveram lugar durante o século XX. Esobretudo na afirmação inequívoca da sua identidade própria, gerada pela cultura milenária das mulheres (um povo que veio de longe) e sustentada pela reflexão filosófica sobre a sua irredutível e inalienável capacidade de conceber, gerar e produzir a vida. Esta capacidade é um dado filosófico – capacidade de «dar à luz» – que se aplica a todas as mulheres independentemente do seu estatuto na sociedade. Transformar essa capacidade, conferir-lhe visibilidade e estatuto próprio é o primeiro passo para uma liderança de mulheres que transborde para além dessa metade da humanidade.

Essa nova liderança será pois outra maneira de olhar a governabilidade e de se forjar colectivamente *uma nova política*.

Os desafios do momento presente

Se é certo que uma reflexão é sempre contextualizada no tempo e no espaço, falar, neste momento, de governabilidade no mundo é rever o que da imensa tragédia do dia 11 de Setembro nos foi mostrado e saber que neste continente, no continente onde vivo, em todo o planeta, toda a gente se interroga, toda a gente se sente emocionada, compadecida, inquieta e perplexa.

Pois como é possível falar de governabilidade com lucidez e objetividade quando foram ultrapassadas todas as condições materiais em que ela assenta:

- a segurança das pessoas como expressão da dignidade do ser humano, dignidade de que nascem todos os seus direitos;
- o primado do direito e da justiça sobre a barbárie;
- a existência de Estados que cumpram a sua função fundamental de respeitar, defender e promover todos os direitos das suas populações;
- o imperativo da existência e reforço de mecanismos que impeçam os actos loucos e assassinos.

Como é possível reflectir sobre a governabilidade quando nos acolhemos passivamente à sombra de um Estado a que chamamos de Estado-providência? Ou quando confiamos sem reservas num mercado que, na terminologia da ideologia dominante, se auto-regula e de que se fala como se de uma pessoa se tratasse (patente em expressões como: «vamos ver como é que o mercado se comporta», «não podemos prever porque temos de ver a reacção do mercado», *etc., etc.*)?

Falávamos de governabilidade quando, com a década de 90, julgámos, pela sequência anual de Conferências das Nações Unidas, que tínhamos aberto o caminho a uma *agenda do século XXI*.

Pois não é certo que todas essas Conferências apontavam para uma ordem mundial mais humana?

- a conferência dos direitos da criança;
- a conferência – aqui no Rio – sobre o ambiente e o desenvolvimento, a carta da Terra e a Agenda 21;
- a conferência [sobre os direitos humanos que inclui] os direitos das mulheres enquanto direitos humanos;
- a conferência sobre a população e o desenvolvimento onde se decidiu que as decisões relativas à procriação pertenciam aos seres humanos e não aos Estados;
- a conferência sobre as mulheres e as condições de igualdade, desenvolvimento e paz;
- a conferência sobre a pessoa humana no centro do desenvolvimento social; as condições de habitabilidade para todas as populações.

Mas todas essas intenções, muitas solenemente assumidas por mais de uma centena de chefes de Estado, foram engolidas pelo buraco negro de uma cultura rejeitando as suas referências éticas e revelando:

- cada pessoa guiada pelo seu individualismo, quando não hedonismo;
- cada país na defesa dos seus interesses próprios;
- a sociedade e a civilização na euforia da acumulação e do consumo e presas da erotização da violência.

Tenho para mim que essa deriva da cultura humanista está na base do comportamento político dos decisores a todos os níveis. Poucos se preocuparam em dar corpo a essa agenda.

Talvez porque se convenceram que em 1989 tudo ficava definitivamente resolvido e apenas valia a pena continuar no seguimento da «vitória do capitalismo». Ficámos sujeitos à tirania da falta de alternativas. (Foi talvez essa verificação, muito mal compreendida e interpretada, que terá levado a falar de «fim da história», quando a história colectiva em que todos os humanos, sem excepção, nascem iguais em direitos e em dignidade, ainda está bem longe – talvez cada vez mais longe... – no horizonte!)

O mundo ficou vazio, com a supremacia do que passou a chamar-se de «pensamento único», isto é, a simples manutenção e universalização do já conhecido. Não se definiram objectivos, não se analisaram com cuidado as estratégias necessárias nem as finalidades últimas e as prioridades que elas requeriam.

É nesse vazio que ganham relevo as palavras de Gramsci que diz, melhor do que alguém o fez até agora, o momento trágico que o mundo está a viver:

*O antigo definha,
o novo não consegue irromper;
neste interregno nascem os monstros.*

A globalização da governabilidade

Quando as acções monstruosas surgem, são mais exigentes as análises a fazer, mais urgentes as perspectivas a abrir, mais rigorosa a necessidade de clarificação de termos.

Começo por uma reflexão sobre o próprio conceito de governabilidade que não se limita, longe disso, à acção governativa.

A governabilidade é a potencialidade de toda a sociedade de gerar no seu seio os princípios normativos, as movimentações sociais, os mecanismos institucionais capazes de assegurarem, na sua interacção, condições que

garantam a Qualidade de Vida das populações e a interdependência sadia com os outros povos do globo.

De forma sumária, podemos dizer que a governabilidade requer:

- o conhecimento preciso e a definição exacta dos dados e dos factos;
- a capacidade de extrair dessa análise e definição o que se chama em linguagem empresarial *the core business* (a questão central) ou, em termos mais filosóficos, o paradoxo lógico que é a própria definição de qualquer problema;
- uma vez os dados em equação, a formulação de cenários possíveis para a resolução do problema;
- a clarificação dos actores e mecanismos requeridos por cada cenário e, sobretudo, pelo cenário mais verosímil;
- a rapidez e a exigência da tomada de decisão na sede própria.

Entramos claramente, e à vista de todos, num mundo mudado na sua forma de encarar as relações entre os povos. Se as manifestações populares *por uma outra globalização*, por um lado, e a análise de cada um dos aspectos da globalização, por outro, já requeriam uma nova maneira de olhar os fenómenos da sociedade global, o atentado do dia 11 tornou essa tarefa um imperativo.

A governabilidade resulta da urgência de repensar e de reorientar a mudança.

Para tal, é urgente que o mundo encontre a liderança de que precisa.

Já não se trata apenas de relações entre Estados. A nova sociedade não se forja apenas no domínio nacional. *A sociedade forja-se nas esferas conjugadas da nação/região/mundo.*

Está em causa na governabilidade a atenção constante aos acontecimentos nesses três níveis e à sua permanente interacção. Só essa atenção

permite a responsabilidade e a ética do cuidado, como já o intuía nos anos 40 a grande pensadora Simone Weil.

Está em causa não uma política feita por políticos espectadores mas feita por homens e mulheres capazes de imaginar uma regulação internacional mais definida e mais transparente, mais controlada e mais eficaz, e, por tudo isso, mais democrática.

Vivemos num mundo de transição durante o período que se seguiu ao fim da Guerra Fria, mas tivemos a ingenuidade de pensar que só os países saídos do comunismo é que se encontravam num período de transição. A transição diz respeito ao mundo inteiro. Estamos perante um sistema complexo, planetário, sem precedentes na história do mundo.

Em cada momento de um sistema complexo há, como nos mostram os físicos, bifurcações ou nós, de onde podem surgir diferentes ramos. São momentos de grande instabilidade. É aí que se manifesta a um tempo a necessidade da governabilidade e a exigência da liderança.

Se até à catástrofe do dia 11 alguns países podiam ter a veleidade de se manterem isolados do mundo, ignorando as consequências da globalização, hoje essa suprema arrogância caducou definitivamente. As grandes áreas da globalização, que constituíam a preocupação de ativistas, pensadores, organizações multilaterais, tornaram-se hoje o 'campo de trabalho' de todos aqueles que sentem como suas as lutas pela sobrevivência e o grande sofrimento humano que lhes está ligado. Acabou o isolamento. A globalização está no cerne da governabilidade. Como preocupação. E como responsabilidade. Como objeto e como o próprio instrumento da governabilidade.

O que é global não é o que aparece simultaneamente em várias partes do mundo ou estabelece relações entre o mundo. A globalização diz respeito ao que se aplica ao mundo como um todo integrado, como um conjunto conectado.

Esta distinção decorre de um fenómeno novo, só possível pela radical transformação científica e tecnológica que se operou sobretudo nas últimas décadas. A passagem da comunicação tradicional para a comunicação à velocidade da luz é a base da grande transformação.

Duas consequências modificam a geopolítica do mundo: abre-se a possibilidade única de comunicação instantânea (tudo é vivido em todo o lugar em tempo real) e atingem-se todos os sectores da vida humana, mudando, em alguns casos, a natureza desses sectores.

Urge, portanto, estabelecer as condições da governabilidade nas grandes áreas da globalização:

1. A própria comunicação, instantânea, o mundo em rede

Como controlar as comunicações que preparam catástrofes? E logo surgem problemas éticos como a garantia da propriedade intelectual, a salvaguarda da privacidade da comunicação entre as pessoas. Os conteúdos dos *media*, sobretudo da TV, devem ser regulados – mas como resistir às audiometrias e ao desejo do lucro, aspectos perversos do direito à liberdade de expressão?

Em toda esta área a governabilidade é necessariamente global.

2. A economia e as finanças

As primeiras áreas a se aproveitarem deste progresso espectacular foram a economia e as finanças. Para regular estas áreas é necessário desfazer os mitos que as invadem.

O primeiro mito é o da auto-regulação do mercado. Jacques Delors afirma com frequência que o mercado é míope. Ou seja, os mercados têm um carácter espontaneamente instável e caótico. A intervenção pública é necessária para assegurar a regulação.

O segundo mito afirma que a concorrência tem a possibilidade de gerar a riqueza para todos. E os limites da competitividade? Por exemplo, há no mundo 1 bilhão e 300 milhões de produtores que praticam a agricultura manual enquanto apenas 28 milhões usam a agricultura mecanizada. O que significa a competitividade aqui?

O terceiro mito quer iludir-nos dizendo que o preço mundial é um critério pertinente para a orientação das produções. Isto não é verdade. O preço é determinado pelo preço do país exportador mais competitivo, adquirindo muitas vezes esse estatuto à custa da ajuda do Estado aos produtores.

O quarto mito é de que o mercado constitui o motor do desenvolvimento económico. Mas como explicar então que a exportação maciça de cacau, arroz, bananas, carne, café, para o Norte não tenha melhorado a vida dos produtores do Sul? Um aspecto fundamental é a criação de condições para a modificação dos padrões de consumo e dos esquemas de produção. Não é um problema moral mas técnico. Mas para levar a cabo esta verdadeira revolução económica e financeira é indispensável uma governabilidade decidida e globalizada.

3. Os global commons

O património natural global requer essa mesma atitude. Lembro apenas os elementos mais evidentes e os perigos a que estão sujeitos:

- Florestas – para além da beleza que oferecem, as florestas são os pulmões da atmosfera. Em certas regiões, a sua destruição conduziu já a paisagens lunares.
- Água – encontra-se atacada a todos os níveis:
Já dificilmente se podem encontrar, a níveis normais acima do mar, nascentes não contaminadas por produtos utilizados na agricultura. Os rios

são as correntes de água que mais sofrem as consequências da industrialização e da urbanização desenfreada.

- O clima é particularmente afectado pela utilização de gases tóxicos resultantes de combustíveis fósseis. Há soluções possíveis e viáveis, como a da concentração nas energias renováveis. Mas é também este um dos domínios em que a tendência para o isolamento de alguns países, em particular os EUA, se tem feito sentir.
- O espaço está já altamente povoado, constituindo um perigo para as populações do planeta, e está já inserido na nova corrida aos armamentos.

O olhar feminino

É deliberadamente que, em vez de elaborar uma nova teoria, optei, à guisa de conclusão, por pedir emprestada a voz de mulheres que descrevem, na nossa língua, cada uma à sua maneira, como vêem a liderança das mulheres.

Maria do Céu Guerra, actriz e encenadora, descreve assim a novidade trazida pela liderança das mulheres:

*Levantar a poeira,
e fazê-lo de uma forma tão audaz e Radical
que o seu cair desenhe uma nova paisagem.*

Por seu turno, Maria Teresa Horta, poeta (uma das três Marias das *Novas Cartas Portuguesas*) traça o «Retrato» da liderança de uma mulher:

*Ela mede o fogo
pela alma*

*Faz uma traça de riso
em vez de lágrima*

*Tece o amor que tem
até aos outros*

*Troca o espírito e a paz
pela coragem*

*Ela teima na esperança
E volta ainda*

*Retoma o fio de prumo
Com que traça*

*A linha da vida
que assume*

*Dispondo do avesso
até à face*

*Ela põe e repõe
o seu destino*

*Vai mais longe
naquilo que disfarça*

*Ela ousa o coração
E reafirma*

*Bordando o arco-íris
do que é frágil*

E é Maria Velho da Costa, escritora (outra das três Marias) que assim emite o seu maior voto pela liderança das mulheres:

E possas tu deixar neste povo ao menos a memória de uma hora curta de verdade plena, de boa vontade límpida, de inteligência e sensibilidade novas. Nossas. Porque nem sempre é a integridade de um dirigente e o seu gosto pela vida o que faz mover as massas humanas. Mas é sempre o que elas esperam, o que veneram quando reconhecem, o que rememoram como sinal, só sinal, da sua própria vitalidade e grandeza.

Impossível? Romântico? Sentimental? Não porque tudo isto só é possível com a persistência de quem nunca desiste. Por isso repito muitas vezes o que outra mulher poeta, Ana Luísa Amaral, diz humildemente:

*... e no deserto cuidar
que alguma flor
persista.*

É a esse cuidar que vos convido. E tenho a certeza de que no deserto algumas flores persistirão.

Cuidar o futuro

Conferência inaugural do XVII Congresso de La Federación Internacional de Mujeres de Carreras Jurídicas (Castilla-La Mancha y Toledo, 6-9 de Setembro de 2000). Publicada em Ruano, L. (coord.), *La violencia contra las mujeres y los derechos humanos: XVII Congreso de la Federación Internacional de Mujeres de Carreras Jurídicas. Madrid, FIMCJ, 2001*, pp. 23-42. Nota: Usando-se o texto tal como publicado na edição referida, optou-se por preservar a formatação do original manuscrito (em verso), versão de arquivo.

Introdução

Terminámos o milénio com a certeza, ao mesmo tempo maravilhada e assustadora, de termos sido contemporâneas de inovações científicas e tecnológicas, de mudanças sociológicas e políticas que, em menos de um século, modificaram de forma radical o planeta, as sociedades em que vivemos, e a nossa própria consciência identitária.

Os direitos das mulheres, a consagração jurídica da sua plena cidadania, são, aos olhos dos que entendem a raiz das coisas, a maior conquista do século XX. Não tenho a falsa humildade de pretender ter sido apenas observadora do que aconteceu. Desde que acordou em mim a consciência de ser mulher fiz parte do grupo de mulheres que, pelo mundo fora, procuraram, como diz a Prof. Irene Ramalho:

uma igualdade que não descaracterize e uma diferença que não humilhe.

E é por isso que o que tenho para dizer-vos hoje se alimenta da consciência cada vez mais viva do igual imperativo dessa igualdade e dessa diferença. Antoinette Fouque, no livro *Il y a deux sexes* reafirma-o de uma forma que inteiramente faço minha:

Igualdade e diferença não podem afirmar-se uma sem a outra nem serem sacrificadas uma à outra.

E denuncia a sociedade de hoje em que, apesar de todos os progressos,

se trata de exibir as mulheres onde elas de facto não estão enquanto tais e de as excluir onde elas existem.

Entrar em todos os domínios onde o homem masculino fez as leis, gerou a cidade, criou valores, estabeleceu modos de funcionamento, era uma etapa necessária.

*Mas intrusas em campo alheio,
se não deixámos pelo caminho a nossa identidade
e a cultura das mulheres que nos coube em herança,
cedo nos apercebemos de que essa entrada só vale a pena
se a nossa contribuição trouxe novas perspectivas,
outra maneira de dizer a realidade,
de equacionar os seus problemas,
de imaginar a sua organização
e de lhe atribuir sentido.*

Como podem as mulheres então reconstruir o mundo?

A sua análise é feita de outro lugar. O lugar da identidade própria e o lugar em que o sujeito se identifica com o objecto.

É uma análise científica, intransigente, exacta – que não se dobra aos padrões estabelecidos nem aos *lobbies* ou às máfias de interesses.

Nessa leitura do mundo, não há que ser cobardemente indulgente mas lucidamente compassiva.

Nem reduzir a complexidade do real a uma justaposição linear de problemas, arrumados em sectores, em departamentos, que o mesmo é dizer em desconexões.

As mulheres sabem por experiência que tudo tem a ver com tudo. Procuram assim correlações, pois só desse modo,

como o tem demonstrado a Física e as outras ciências da natureza, é possível o acto de compreender.

E, tendo compreendido, procurarão soluções
não-parcelares,
integradas,
onde a vida, por isso, pulse.

É dessa tarefa que vamos falar.

1. Olhar o mundo

O mundo já não é só *um mundo em transição*.
Certo que o percorrem processos de transição
em aspectos muito concretos da realidade social,
mas esses processos não são senão estremecimentos
de uma situação global estável,
a que o mundo chegou neste início de milénio
e que importa olhar corajosamente de frente.

1.1 É um mundo *intensamente povoado*. Cada pedaço de terra arável já escassamente pode ser dividido e ser produtivo.

Os genocídios da região africana dos grandes lagos

- Ruanda, Burundi -

foram a ilustração dramática, dessa escassez da terra.

Quando eu nasci a população de 2.000 milhões havia duplicado ao longo de um século; desde então a população mundial triplicou.

A continuar a mesma taxa de fertilidade o mundo conterà em cada ano mais nove Suécias; em cada seis anos mais uma América Latina; e a meio do século, o acréscimo de um mundo de igual dimensão ao de 1960.

Embora a FAO assegure que há alimentação suficiente para uma tal dimensão populacional, ameaçam as futuras gerações dois enormes problemas:

- o crescente desequilíbrio dos recursos entre o Norte e o Sul e o total desequilíbrio dos bens elementares dentro de cada sociedade (cada Norte comporta o seu Sul e cada Sul tem um Norte de dimensões desconhecidas em outras latitudes);
- os riscos dos alimentos geneticamente transformados, quer em si mesmos, quer na sua utilização como «armas» de embargo e de dissuasão, num mundo em que o proteccionismo vive paradoxalmente e cinicamente num mercado dito de livre concorrência.

A completar estas dificuldades, no mundo escasseia água potável, pela drenagem que dela é feita, pela sua contaminação pelos adubos e pelos componentes não-biodegradáveis dos desperdícios urbanos e industriais.

1.2 As mulheres começam a estar presentes em muitas estruturas da administração nacional e nas instituições internacionais.

Essa presença tem de traduzir-se no trabalho intenso para que as condições de vida dos seres humanos melhorem.

É minha convicção que é urgente a substituição do conceito frio e cada vez mais macroeconómico de «desenvolvimento» pelo conceito e prática de Qualidade de Vida.

Como diz o Presidente do Brasil e podemos dizer de outros países:

O Brasil não é um país subdesenvolvido – é um país injusto.

Mas como dizer isto e o que significa isto para os milhões que vivem em favelas ou para a legião dos sem-terra?

A Qualidade de Vida exige:

- que se ultrapasse o nível da sobrevivência,
- que se considerem como imperativos os instrumentos internacionais (Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, Convenção sobre os Direitos da Criança, Programa Mundial de Nutrição, Programa de Saúde para Todos, Convenção 122 da OIT relativa à Política de Emprego, Carta Mundial para a Natureza, etc.).

É uma longa lista de compromissos da comunidade internacional em que se desdobram os direitos cívicos e políticos, sociais, económicos e culturais, proclamados como «interdependentes e indivisíveis» nos dois Pactos Internacionais que fazem inserir no corpo do direito internacional o espírito que anima a Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Esta longa lista é parte integrante da Qualidade de Vida.

Sendo assim, o seu cumprimento funciona
como outros tantos *indicadores objectivos*
da Qualidade de Vida.

*Mas o que é igualmente importante na Qualidade de Vida
é que ela é também resultado
de uma avaliação subjectiva.*

*Ultrapassado o nível da sobrevivência,
diferentes direitos e graus da sua implementação
doseiam-se para cada pessoa
como resposta a aspirações
e a escolhas de estilos de vida e prioridades pessoais.
Não têm por isso, para além desse limiar,
o mesmo conteúdo para cada pessoa.*

*Trabalhar para uma sociedade em que a Qualidade de Vida seja, assim,
medida a um tempo
por direitos objectivos e universais
e por satisfação de condições subjectivas e diversificadas,
é uma nova maneira de olhar a sociedade e o mundo.*

Desligamo-nos de representações arcaicas das «massas populares»
como um todo uniforme para garantirmos a cada ser humano não só a
resposta às suas necessidades fundamentais mas também o respeito pela
sua identidade e pelas características que a definem.

2. Um mundo hegemónico

2.1 A Qualidade de Vida que procuramos
não é uma justaposição de uma nova perspectiva
a uma representação do mundo que se manteria inalterável.

Fomos contemporâneas ao longo de toda a nossa vida da Guerra Fria que
manteve duas ideologias em permanente estado de confronto latente.

Ambas resultavam do mesmo paradigma:

*uma convicção prometeica do progresso das ciências,
inserida numa história a desenrolar-se linearmente.*

Se tivéssemos dúvida sobre a ingenuidade desse paradigma,
os acontecimentos da última década bastariam
para nos mostrar à saciedade
que a realidade é outra
e que o paradigma ainda não formulado
tem de ser esboçado com novas coordenadas.

Vivemos num mundo em que contrariamente à tese do fim da história
– centrada no Ocidente e numa perspectiva mecanicista da vida
democrática – temos a sensação de que
estamos a começar a escrever a história.

Pois onde está o tempo
em que «das espadas se fabricarão enxadas e das lanças se farão
foices» (Is. 2,4), como o esperavam, fazendo sua a profecia de Isaías,
os fundadores das Nações Unidas e assim o escreveram
na Praça das Nações Unidas em Nova Iorque?

Onde está a igualdade de todos os povos,
independentemente da sua raça ou religião
ou da dimensão dos países a que pertencem?

Onde está a solidariedade e a partilha
entre as diferentes nações
e o apreço mútuo no respeito pelas diversidades
que enriquecem o mosaico que formamos?

Ao invés dessa força de uma universalidade redescoberta
– em que a diferença exclui a uniformidade niveladora –
o século XXI começou sob a égide de uma nova hegemonia,
fruto não só da relação de forças
e do imperialismo dos mais poderosos,
mas sobretudo, e na sua raiz, consequência
de uma avassaladora ideologia
que, sem dizer que o é, percorre todo o planeta:
a do fundamentalismo de base nacional, étnica ou religiosa
a querer impor a outros a sua visão do mundo
e a lei que dela nasce.

Nunca o furor nacionalista atingiu tantos e tão diferentes povos, com-
prometendo a paz nacional, regional e mesmo mundial.

Nunca a força da economia atingiu as proporções sacrais
que revela «a religião do mercado»,
adorando o bezerro de ouro que, na minha tradição religiosa,
é a negação dos valores e da procura
do sentido mais profundo da vida e da pessoa humana.

A revolução informática e da comunicação permitiu que os agentes económicos e financeiros se apropriassem rapidamente das possibilidades abertas. Transformou-se completamente o processo de produção que, por ser parcelizado, tornou possível uma divisão internacional do trabalho a uma escala ainda não conhecida: já não há fábricas mas sim unidades diversas de produção de um mesmo artigo situadas a milhares de quilómetros de distância umas das outras. Em cada lugar alguém é cúmplice e ganha; mas em todos os lugares do processo os que trabalham e entram na cadeia transnacional da produção são cada vez mais penalizados e encontram-se desprovidos de todos os meios de protecção. O lado infernal da globalização é essa exploração consentida e estimulada pelo mercado, que é invocado pelos responsáveis políticos como se fosse uma pessoa, tivesse inteligência e consciência, quando afinal não é senão um mecanismo cego nas mãos do lucro, da ganância e da corrupção.

A total eliminação do factor humano e social da economia não é tudo. A hegemonia actual também elimina o factor ambiental da economia, impomos à terra uma carga de poluição e de desperdícios que ela não pode suportar:

- degradam-se os sistemas de suporte da vida;
- elimina-se a riqueza diversificada da própria vida;

- destrói-se a beleza, criadora de sentido e fonte de espiritualidade para a nossa vida humana;
- a energia que gastamos não só esgota recursos como nos encaminha para uma grande interrogação sobre a viabilidade da vida das gerações futuras.

2.2. Uma tal hegemonia não pode continuar a ser consentida

Estou diante de mulheres que podem não só lutar
 contra o trabalho infantil,
 contra a ausência de legislação que garanta a saúde
 e, em particular, a saúde reprodutiva das mulheres
 no mundo do trabalho,
 mas podem também exercer pressão,
 fazer propostas,
 criar movimentos de opinião,
 para que seja elaborado, votado e reconhecido internacionalmente
 um código de conduta para as empresas
 capaz de derrotar a hegemonia económica no
 próprio terreno onde ela se manifesta.

Tão pouco podem as mulheres aceitar que a natureza
 – a quem as sociedades patriarcais sempre as assimilaram –
 seja violada como o está sendo.

Houve compromissos assumidos pela imensa maioria dos países desde 1992. Mas as conferências internacionais, de Quioto a Toronto, mais não fizeram do que renegar os compromissos assumidos.

Até nesse domínio entrou a lógica assassina do mercado, com a compra e venda dos direitos de emissão dos gases que provocam o efeito de estufa.

Como podem as mulheres aceitar
- e tantas são já responsáveis dos departamentos do Ambiente ou da Justiça - que uma tal falácia ganhe direito de cidade?

Pois não é a atmosfera só uma?
Não é verdade que é indiferente que os gases emanem
dos Estados Unidos ou da Somália?
E não é evidente também que a compra desses direitos
é a forma de uma nova escravatura colectiva,
de umas nações por outras,
impedindo-as de se industrializarem?

As mulheres podem mudar o curso das coisas. Lembro-me de mulheres como Wangara Mathai no Quénia ou Vandana Shiva na Índia e do movimento das mulheres que se abraçaram às árvores para impedir o seu derrube.

3. Um mundo em atraso de democracia

3.1 Gestos como o dessas mulheres são raros.
Porque as decisões que dizem respeito às populações são
tomadas cada vez mais longe delas.

Hoje não só a política dos preços das matérias primas
é decidida longe e, muitas vezes,
contra os interesses das populações onde são produzidas.

Também os preços dos bens essenciais acabam por estar sujeitos a uma política que já só raramente cabe aos próprios decisores nacionais.

Sem participação dos cidadãos,
a democracia torna-se cada vez mais
o que um politólogo francês, Patrick Viveret,
chamava há semanas «a confiscação do poder» pela democracia.

O atraso ou mesmo perversão democrática experimenta-se em cada país. Mesmo nos países que são considerados como exemplares na sua democracia constata-se a insatisfação com as instituições democráticas existentes. Por exemplo, o governo sueco acaba de publicar o relatório de uma comissão a quem foi pedido um estudo sobre as condições necessárias para «uma democracia sustentada».

Caracteriza-se esse atraso democrático essencialmente por:

- a) carência de definição dos objectivos de cada sociedade;
- b) ausência de mecanismos de participação nas decisões relativas às matérias que dizem directamente respeito às pessoas;
- c) inexistência, mau funcionamento ou neutralização dos organismos de controlo das instituições democráticas (*countervailing powers*).

Em muitos outros países a própria democracia formal não existe ou está confiscada por uma só classe, um só partido, um só sexo.

O atraso da democracia, a sua lentidão em acompanhar as grandes transformações do nosso tempo, são particularmente flagrantes à escala mundial.

Um mundo globalizado carece de instituições de governância global.

É indispensável que a ONU mude totalmente as suas práticas, atrasadas de 50 anos. Assim:

- a) já está provado com muitos milhares de vítimas que «manter» a paz sem poder «fazer a paz» se salda negativamente;
- b) um Conselho de Segurança que se limita à segurança militar não compreende que a guerra tem a sua origem nos imensos desequilíbrios que atravessam o mundo de hoje e que, da sua agenda, devem fazer parte as grandes questões sociais e económicas.
- c) as Conferências internacionais da década de 90 construíram uma agenda mundial, mas na sequência do Rio, Copenhaga ou Pequim não vemos a ONU entrosar com realismo as resoluções e os compromissos.

Paralelamente, a governância mundial não pode pactuar com um único centro controlador da ciência e da cultura.

O recente anúncio feito ao mundo da descoberta da sequenciação do genoma humano pelo Presidente Clinton e pelo Primeiro Ministro Tony Blair é uma apropriação indevida e não ética da ciência pela política.

3.2. Nos últimos anos, tem havido um interesse crescente da parte das mulheres pela efectivação do seu direito à plena participação política.

Esta participação só trará alguma coisa de novo à sociedade e fará justiça ao contributo das mulheres se a paridade for de par com uma clara renovação no entendimento da democracia.

As mulheres no poder político representam
uma mais valia social
se, ao mesmo tempo, estiverem decididas
a democratizar a democracia.

A paridade será um instrumento adequado na medida em que, pelo seu número, as mulheres puderem mudar as regras do jogo.

4. Para um novo paradigma: um mundo assente no cuidado

Em que assenta então esse contributo das mulheres para um novo paradigma do funcionamento da vida política?

O neoliberalismo, perversão da livre iniciativa, tem-se associado ao individualismo, perversão da autonomia. A sinergia destes dois movimentos é mortal para a pessoa humana e para a sociedade.

É de um novo conceito político que o mundo precisa, um conceito que não veja permanentemente a política em termos de relação de forças mas sim de uma saudável interdependência entre todos os seres humanos, da escala local à escala mundial. Elevar a prática da cultura milenária das mulheres à *categoria de um* elementar senso comum, dando-lhe desde logo visibilidade, e, ao mesmo tempo, *elaborar essa prática enquanto conceito político a ser praticado* por homens e mulheres é uma tarefa inadiável. Esse conceito é o do CUIDADO.

Não estou a tentar trazer para a cena política um qualquer sentimentalismo ou uma «essência» feminina. Estou, sim, a tentar trazer, com muitas outras mulheres, uma prática que é também uma teoria.

Em primeiro lugar, filosoficamente. Foi Heidegger que deu ao cuidado um lugar determinante na sua filosofia do ser.

Longe dos que veriam no cuidado primariamente uma moral, Heidegger define o ser humano como um ser de cuidado.

Paul Ricœur retoma essa mesma noção em particular no seu livro *Soi-même comme un autre*.

Emmanuel Levinas ao afirmar que «nós não é o plural de eu» mas traduz sobretudo uma ligação prévia

à existência de todos os humanos,
não faz senão dizer que esse «nós» supõe o cuidado
como garantia da própria existência individual e colectiva.

Depois também politicamente.

No relatório da Comissão

sobre a governância mundial

a que presidiu, o antigo Primeiro Ministro da Suécia, Ingvar Carlsson,
afirmou que:

*A tarefa para a governância é encorajar
o sentido do cuidado, através de políticas e de mecanismos que facilitem a
cooperação para ajudar os desfavorecidos ou os que precisam de conforto
e de apoio.*

É curioso notar que um antigo dirigente do Banco Mundial, ao fazer o estudo dos erros que o Banco cometeu e as repercussões que tiveram na vida e na morte de milhares de pessoas, terminou o seu trabalho com um comovente apelo ao «cuidado», escrevendo:

*O guardião e facilitador da liberdade no planeta
para as gerações actuais e futuras é o cuidado
– uma atitude e um modo de estar no mundo
que salvaguarda as riquezas humanas e naturais que herdámos do pas-
sado, garantindo assim um futuro aberto a muitas e diversas possibilidades.*

Em terceiro lugar, os trabalhos realizados por Carol Gilligan e depois retomados por numerosas pensadoras das questões sociais mostram que *a uma ética da justiça – em que se funda e a que se limita no seu melhor a democracia existente – há que justapor a ética do cuidado.*

Enquanto a ética da justiça constrói todo o edifício político sobre o ser humano como sede de direitos,

a ética do cuidado toma em linha de conta
a posição eminentemente realista de que o ser humano
é também um ser de vulnerabilidades
que, em numerosas situações,
o impedem de se erguer para defender os seus direitos.

É certo que na prática poderíamos dizer que
a dominante social do estado-providência foi já, *avant-la-lettre*, uma
expressão do reconhecimento das situações de vulnerabilidade.
Mas o envelope conceptual dessa formidável conquista
do século XX foi ainda e só
o da justiça, dos direitos e das normas que deles brotam.
É minha convicção que uma das razões para as dificuldades com que
se debate o estado-providência
resulta do facto de não se ter ainda emancipado
desse quadro conceptual em que foi construído.

Uma ética do cuidado pode dar um novo ponto de partida ao papel do Estado em relação às verdadeiras prioridades políticas de sociedades em que a pessoa humana deve ser o centro e o fim último de toda a decisão política, como 120 chefes de estado e de governo afirmaram solenemente em Copenhague em 1995.

Não bastará então acrescentar piedosamente
à democracia política
a democracia social, económica e cultural.
*Haverá sim que construir a democracia simultaneamente
sobre a justiça e sobre o cuidado,
sobre os direitos e sobre as responsabilidades.*

Tem sido intensa a discussão que tem tido lugar
no movimento de mulheres
desde que o conceito de «cuidado» foi elaborado por Carol Gilligan,
que havia sido colaboradora de Kohlberg
nos trabalhos que conduziram à sua teoria do desenvolvimento moral.
É a uma das mais eminentes pensadoras nesta matéria,
Joan Tronto, no seu livro *Moral boundaries*,
que vou buscar a síntese da importância
do conceito de cuidado a par da ética da justiça:

*Em primeiro lugar a ética do cuidado
faz apelo à responsabilidade e a relações
mais do que a direitos e normas.
Depois, uma tal ética
está mais ligada às circunstâncias concretas
do que aos aspectos formais e abstractos.
Finalmente a ética do cuidado é expressa
adequadamente
não tanto por um conjunto de princípios
mas por uma actividade, «a actividade do cuidado».*

Ao longo deste percurso vamos afinal encontrar tanto o pensamento de Hannah Arendt dando à acção a expressão última da intervenção no mundo, como o pensamento do filósofo alemão contemporâneo Hans Jonas ao erigir como grande princípio englobante da ética para o nosso tempoo «princípio da responsabilidade» como o mais adequado para exprimir a ética do futuro que este milénio exige.

CADERNOS TEMÁTICOS 6 E 7

Maria de Lourdes Pintasilgo esteve muitos anos à frente do seu tempo. Guiada por uma ideia de utopia positiva, ou seja, por uma ideia de que o possível deve ser o motor da ação humana que nunca se deve pautar apenas por responder ao imediato existente, MLP procurou sempre interpretar as questões problemáticas em termos de criar novos horizontes de compreensão da vida e do viver humano. Nesse sentido, muitas das análises que fez e das soluções que propôs ainda hoje têm atualidade e pertinência. Particularmente inovador é o modo como procurou ressignificar o conceito de *cuidado* que resgatou ao espaço tradicional da vida privada, pensando em conjunto *cuidado e justiça*, para o transformar num ingrediente essencial na configuração de um novo paradigma para a política, no quadro da ideia de *democratização do político*. A coleção *Maria de Lourdes Pintasilgo e os Desafios da Sociedade Contemporânea* pretende, exatamente, divulgar alguns textos onde os contributos originais do pensamento de MLP sejam mais paradigmáticos e evidenciem a sua capacidade de responder também às questões do mundo em que vivemos.



ISBN 978-989-54161-5-8

Com apoio de:



Promovido por:

